



TCE-MS identifica fragilidades e boas práticas nos Conselhos Tutelares

Por **Redação** 14:37 - 17/09/2025 0 1



Desde 2024, o **Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS)** vem realizando auditorias em diversos municípios para avaliar a estrutura e a atuação dos **Conselhos Tutelares**, órgãos essenciais na defesa dos direitos de crianças de **0 a 6 anos**. A iniciativa, que segue em 2025, tem como objetivo fortalecer a **rede de proteção social** e promover melhorias nas políticas públicas voltadas à infância.

As auditorias encontraram boas práticas, como Conselhos formalmente instituídos e em pleno funcionamento; previsão orçamentária para remuneração, capacitação e estruturação; uso do **Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA)** e integração com a rede assistencial e realização de campanhas educativas.

Apesar dos avanços, foram identificados problemas que impactam a efetividade do atendimento, como estruturas físicas inadequadas e locais de difícil acesso; falta de salas para atendimento individualizado e recursos adequados às crianças; ausência de planejamento, relatórios e planos de ação; escassez de recursos orçamentários, muitas vezes restritos à folha de pagamento; falta de capacitação contínua para conselheiros e regimentos internos desatualizados e conselhos vinculados a secretarias fora da assistência social.

Segundo **Silvia Kellen Theodoro**, assessora técnica da DFContratações, “o trabalho reforça o compromisso do TCE-MS com a **proteção integral e prioritária da infância**, destacando a importância do olhar técnico na indução de políticas públicas mais eficazes”.

O **assessor especial Pablo Sperandio Muniz** ressaltou que “o Tribunal não se limita a identificar falhas, mas também atua para **estimular melhorias estruturais, administrativas e orçamentárias**, com apoio do presidente, conselheiro **Flavio Kayatt**”.

O TCE-MS seguirá acompanhando a **implementação das recomendações**, contribuindo para que os Conselhos Tutelares tenham melhores condições de trabalho e garantam uma infância mais segura e protegida em Mato Grosso do Sul.